

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP -
Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 3

1 de março de 2023

(18,44 h – 18,55 h)

Ordem do dia: Deliberação sobre as diligências a efetuar e documentos a solicitar; outros assuntos.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Carlos Pereira (PS)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Muito boa tarde a todos. Está aberta a reunião.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Cumprimento também quem está a assistir aos nossos trabalhos.

A nossa agenda de hoje decorre da última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP e tem dois pontos na ordem do dia.

O primeiro ponto é a deliberação sobre as diligências a efetuar e documentos a solicitar. Foi estabelecido, na última reunião, um prazo indicativo para que todos os grupos parlamentares fizessem chegar à Mesa e aos serviços a listagem dos documentos que entendam ser necessário requerer, ao abrigo do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, regime jurídico estabelecido no artigo 13.º da lei, e todos os grupos parlamentares fizeram chegar, precisamente, esses requerimentos. A entrada dos mesmos foi feita por esta ordem: PCP, Chega, Iniciativa Liberal, PSD, PS e Bloco de Esquerda.

A Mesa admitiu-os a todos e fez a distribuição dos respetivos requerimentos. Portanto, pergunto aos Srs. Deputados se alguém quer fazer alguma intervenção sobre estes requerimentos entregues à Mesa e que foram distribuídos por todos os Srs. Deputados.

Pausa.

Não notando nenhum pedido de intervenção sobre estes pontos, propunha que, nada havendo a opor, eles fossem aprovados pela nossa Comissão, para que nos próximos dias, idealmente amanhã, dia 2, no máximo sexta-feira, a Comissão pedisse às entidades os documentos.

Segundo o que está estabelecido na lei, temos 10 dias para que as entidades nos possam responder, mas temos de ser muito céleres, porque há, de facto, algumas questões que convém identificar, e peço aos Srs. Deputados a vossa colaboração nas próximas horas, no caso de haver alguma dúvida sobre alguma entidade a quem devam ser pedidos elementos. Estive hoje em trabalho com os nossos serviços e vamos tentar encontrar o critério que seja o mais largo possível para que não haja dúvidas nenhuma de que os documentos possam chegar, nomeadamente quando houver duas entidades com designação muito semelhante, como é o caso da TAP S.A. ou da TAP SGPS. Em caso de dúvida devemos pedir às duas, no sentido de ganharmos tempo com isso.

A proposta que fazia é, precisamente, que a Mesa, a partir de amanhã, faça o pedido dos documentos, e penso que este é o primeiro objetivo que deveríamos ter nesta Comissão.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados ou das Sr.^{as} Deputadas quer intervir sobre este ponto, sobre os pedidos dos documentos, sobre os requerimentos apresentados. Todos eles foram consensuais e aprovados em Comissão, todos eles fundamentados.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento-os a todos.

Julgo que faria sentido e iria ajudar na organização dos trabalhos se tivéssemos uma listagem *Excel* única com todos os documentos, que, por conseguinte, fosse a compaginação dos contributos individuais de cada grupo político.

Esta é uma sugestão que deixamos à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria só partilhar que os serviços já iniciaram esse trabalho. Já estamos a trabalhar nesse sentido.

Há pedidos que são comuns e, portanto, vamos ter de encontrar a melhor forma de os satisfazer a todos. Esta é, talvez, a maior dificuldade na elaboração dos ofícios, mas penso que chegaremos a um entendimento e, logo que tenhamos esse documento fechado, partilhá-lo-emos com os Srs. Deputados da Comissão.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Não havendo, vamos adotar este procedimento relativamente aos documentos.

Em relação às audições, penso que foi consensual, na última reunião, que logo que cheguem os documentos passemos à fase seguinte, a apresentação de requerimentos de audições. Isto não quer dizer que os Srs. Deputados não o possam fazer já, neste momento, não há qualquer problema, mas senti, tanto na última reunião como na reunião de Mesa e Coordenadores, que o que faria mais sentido era ter primeiro o acesso aos documentos e depois fechar, de forma mais consensual, a lista das entidades a ouvir. Portanto, propunha que logo que começássemos a receber os documentos fosse feita imediatamente uma reunião da Comissão, para, nessa altura, passarmos ao ponto seguinte, a aprovação da lista das audições, que são propostas pelos Srs. Deputados, e tentarmos calendarizá-las.

É evidente que, relativamente a esta questão, estamos a lutar contra o tempo. Iniciámos os nossos trabalhos no dia 22 de fevereiro passado, e se enviarmos os nossos documentos no dia 2, amanhã, teremos ainda de contar com mais 10 dias, o tempo do envio pelo correio e com alguma

questão que seja necessário esclarecer. Portanto, proponho que se realize até lá uma reunião de Mesa e Coordenadores, o mais cedo possível, e, muito próximo dessa data, se realize uma nova reunião da Comissão, já na posse desses documentos.

Penso que estarão todos de acordo com este modo de atuação que eu estava a propor.

Pausa.

Não havendo intervenções, e na medida que da ordem de trabalhos de hoje consta o ponto «outros assuntos», chamo a atenção, novamente, para a necessidade de as assessorias que ainda não tenham feito a credenciação, a façam. Em relação aos Srs. Deputados, penso que todo esse processo já está concluído.

Não havendo nenhuma inscrição para intervenção sobre os «outros assuntos», proponho à vossa consideração o encerramento da nossa reunião, desejando a todos bom trabalho, indo partilhando e pedindo a vossa ajuda nos próximos dias para que qualquer questão que surja, relativamente a documentos, eu possa perguntar aos Srs. Deputados, para que possamos...

Sr. Deputado e 2.º Vice-Presidente, Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, e aos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, se me permitir, tenho uma questão que acho que deveríamos deixar já previamente esclarecida e até definida, que se prende com as audições que faremos depois, para não andarmos em cima da hora a discutir o *modus operandi* das audições.

Naturalmente que vai haver muitas entidades que queremos ouvir e que são comuns aos vários grupos parlamentares. Como é que vamos proceder a essa avaliação? É por grupo parlamentar, a escolha por ordem de prioridade das audições? Como é que o Sr. Presidente está a pensar fazer essa seleção?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, antes de mais, penso que a decisão é da Comissão. Acho que valerá a pena termos, para a semana que vem ou para a seguinte, uma reunião de Mesa e Coordenadores para, no fundo, identificarmos a melhor maneira de trabalharmos esse ponto.

Queria chamar a vossa atenção para o facto de que antes disso ainda temos de decidir duas questões, que estão previstas na lei. Uma delas tem a ver com a realização, ou não, de um questionário por parte da Comissão; a outra é de que até à 5.^a reunião — e esse é um imperativo legal — temos de nomear ou a equipa de relatores ou o relator, que irá fazer o relatório. Esses são pontos de que trataremos nas próximas reuniões.

Entretanto, com a chegada dos documentos e com o trabalho que acho que é possível construir entre todos os membros da Comissão — e, em última análise, com uma votação —, identificaremos as audições a realizar.

De qualquer forma, quero dizer o seguinte: nessa altura teremos de planear, relativamente ao tempo disponível e às audições que queremos fazer, a distribuição dessas propostas de audições pelos dias em que é possível realizar essas reuniões. Temos prazos muito curtos e, portanto, o que me permitiria propor a todos os Srs. Deputados é que a partir dessa data demos prioridade total e completa aos trabalhos da Comissão, para que os nossos objetivos sejam atingidos dentro dos prazos que o Plenário da Assembleia da República nos estabeleceu, ou seja, que realizemos os nossos trabalhos dentro de um prazo de 90 dias, que é um objetivo

aprovado em Plenário e, portanto, com base no qual temos de trabalhar e planejar, tendo em conta esse quadro.

Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, quero dar uma nota rápida, para ajuda nos trabalhos.

Acho que seria relevante, face a algumas das questões levantadas e outras que, com certeza, alguns dos Coordenadores ou mesmo dos Deputados têm, agendarmos uma reunião de Mesa e Coordenadores para a próxima semana, terça-feira, porque isso permitira não só fazer um ponto de situação sobre a questão dos documentos, como também, eventualmente, planejar o futuro e decidir coisas como, por exemplo, quais os dias em que a Comissão funciona. Isto para quando chegarem os documentos — e seguindo o pressuposto que o Sr. Presidente tem sublinhado, de acelerar o mais possível — podermos estar preparados para agendar as audições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que essa é uma excelente intenção. Eu tinha identificado o dia 9, mas penso que o dia 7, que é o dia que normalmente estabelecemos para realizar os trabalhos da Comissão, será um bom dia para fazermos a reunião de Mesa e Coordenadores. Se acharem bem, iríamos tentar agendar essa reunião para dia 7, às 17 horas. É uma reunião para, no fundo, elencarmos questões que temos de operacionalizar.

Pergunto se há mais alguém que queira inscrever-se para intervir.

Pausa.

Não havendo, desejo a todos um bom final de dia e até breve. Bom trabalho!

Eram 18 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.